

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Julgue os itens seguintes, relativos à administração pública — do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático —, ao empreendedorismo governamental e novas lideranças no setor público, à gestão por resultados na produção de serviços públicos e à governabilidade e governança.

36 A governança refere-se, entre outros aspectos, à capacidade dos poderes públicos de intermediar os interesses da sociedade civil.

JUSTIFICATIVA - Errado. A governabilidade refere-se às condições materiais do exercício do poder, à legitimidade e sustentação política dos governos para levar a cabo seu programa, ou para formular estratégias de desenvolvimento de longo prazo, ou ainda à capacidade dos poderes públicos de intermediar os interesses da sociedade civil, de articular coalizões políticas entre partidos e grupos sociais que apoiem o plano de governo. Governança, por outro lado, tem a ver com os aspectos mais adjetivos ou instrumentais do exercício do poder, seu fator determinante já não reside no apoio dos cidadãos, mas na competência dos administradores e servidores públicos no cumprimento das metas governamentais definidas politicamente. Naturalmente, uma governança eficiente aumenta a legitimidade da política estatal e, portanto, a governabilidade do país, assim como é aumentada por esta.

37 A gestão orientada para resultados efetivos depende, especialmente, do nível de qualificação profissional e remuneração das carreiras de Estado, bem como da geração de estímulos para a formação de novas lideranças no setor público.

JUSTIFICATIVA - Certo. A construção do paradigma de gestão pública empreendedora, orientada para resultados efetivos, depende, especialmente, do nível de qualificação profissional e remuneração das carreiras de Estado, bem como de geração de estímulos para a formação de novas lideranças no setor público. Esses atores devem estar motivados em direção a objetivos comuns, tendo como referência o desejo de servir ao público. Isso exige a vontade política dos governantes de priorizar a administração pública, por meio de investimentos em infraestrutura, máquinas e equipamentos, pesquisas e estímulos à inovação, bem como em capital humano, investindo fortemente no processo de seleção e formação continuada de gestores públicos.

38 O paradigma para a ação pública centrada no Estado regulador busca a redução da intervenção direta e a ampliação de suas capacidades de coordenação.

JUSTIFICATIVA - Certo. A partir da década de 1980, começou-se a considerar a participação de atores da sociedade civil organizada na medida em que se delineava um novo paradigma para a ação pública centrada no Estado regulador, que busca a redução da intervenção direta e a ampliação de suas capacidades de coordenação. O enfoque das políticas públicas prenuncia-se, estando a sociedade inserida não como parte passiva, mas como agente atuante.

39 A visão de governo empreendedor se baseia na prestação de serviço mais eficiente para a população, apoiado nas práticas burocráticas e na busca de uma gestão por resultados, da promoção da transparência e do controle social.

JUSTIFICATIVA - Errado. O empreendedorismo governamental é a capacidade de inovar por meio de iniciativas e investimentos que buscam retornos econômicos para a região e para a administração pública. O empreendedorismo governamental é um movimento internacional que tem sido objeto de constante interesse de governantes para a formação do Estado moderno a fim de que o governo preste um serviço mais eficiente para a população, em oposição às práticas burocráticas, sendo um governo catalisador, que busca uma gestão por resultados, promoção da transparência e

do controle social, com foco no cliente cidadão e ações inovadoras.

Em relação às políticas públicas, julgue os itens a seguir.

40 Na análise custo-benefício aplicada à política pública, é possível comparar os custos monetários com os impactos positivos e benefícios gerados por um programa governamental.

JUSTIFICATIVA - Errado. Na análise custo-benefício aplicada à política pública, tenta-se descobrir:

1. se os benefícios sociais de cada alternativa superarão os seus custos sociais, ou seja, se vale a pena investir nessa política pública;

2. qual das alternativas trará melhor razão custo-benefício (RCB), ou seja, qual delas será a mais eficiente do ponto de vista econômico;

3. qual das alternativas trará maior valor social agregado, ou seja, qual delas tem potencial de trazer maior valor presente líquido (VPL), que são os benefícios líquidos à coletividade.

Avaliações de custo-efetividade comparam os custos em termos monetários com os impactos positivos e benefícios gerados pelo programa.

41 Uma política pública começa após a formulação de alternativas para a resolução de um problema, visto que, para que um problema comece a ser resolvido, é necessário que se encontrem soluções para ele na agenda do governo.

JUSTIFICATIVA - Errado. Uma política pública começa após a definição da agenda, uma vez que para que um problema comece a ser resolvido, ele precisa entrar na agenda do governo. A partir do momento em que uma questão passa a ser vista como um problema público, envolvendo processos sociais e políticos complexos, bem como circunstâncias favoráveis, ela constará na agenda de políticas públicas. Os passos seguintes são a formulação e a escolha de alternativas de políticas e a de tomada de decisão.

42 Caracteriza-se como determinante estrutural da corrupção a maior dificuldade que certas estruturas burocráticas impõem aos agentes econômicos, o que aumenta a possibilidade de corrupção para se contornarem os empecilhos impostos pelo excesso de legislação.

JUSTIFICATIVA - Certo. Quanto aos determinantes estruturais da corrupção, destacam-se três principais fatores: i) o ambiente burocrático ou organizacional; ii) a qualidade da participação social; e iii) a congruência entre o sistema legal e as demandas sociais.

O primeiro determinante, bastante discutido na literatura, diz respeito à maior dificuldade (ou facilidade) que certas estruturas burocráticas podem exercer sobre os agentes econômicos, aumentando (ou diminuindo) a possibilidade de corrupção para contornar os empecilhos impostos pelo excesso de legislação.

43 No processo de formulação de políticas públicas, os atores interagem, alocam recursos, constroem coalizões e resolvem conflitos em um cenário político.

JUSTIFICATIVA - Certo. Vários autores como Leonardo Secchi, Howlet, Matias-Pereira, John Kingdon, Ricardo Gomes, destacam a participação dos atores, também conhecidos como *stakeholders* no processo de formulação de políticas públicas, desde a sua formulação até sua implementação.

Acerca das ferramentas de análise de ambiente e indicadores de desempenho, julgue os itens a seguir.

44 Um indicador de desempenho é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo.

JUSTIFICATIVA - Errado. Um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo. Os

indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente. Indicadores de desempenho incluem indicadores de produtividade, qualidade, capacidade e indicadores estratégicos.

- 45 A análise SWOT deve considerar como insumos os resultados da revisão documental, entrevista com as lideranças e pesquisa com servidores, visando à busca de oportunidades de melhoria, à evidência de pontos fracos e ameaças e à otimização do desempenho.
JUSTIFICATIVA - Certo. A análise SWOT deverá considerar como insumos os resultados da revisão documental, entrevista com as lideranças e pesquisa com servidores. Esses resultados deverão compor a matriz de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. A análise SWOT deverá ser feita em reunião técnica a ser realizada com a equipe de desenvolvimento do planejamento estratégico.

Com base nas normas de auditoria aplicáveis aos tribunais de contas, julgue os seguintes itens, referentes às auditorias operacionais e avaliações de programas de governo.

- 46 A materialidade corresponde ao valor financeiro envolvido diretamente na execução do objeto auditado.
JUSTIFICATIVA - Errado. O conceito de materialidade está associado à importância relativa de uma questão em relação ao seu contexto. Em se tratando de auditoria operacional ou avaliação de programa de governo, essa importância pode não estar relacionada ao valor financeiro. A NBASP 300 estabelece no item 33 que “Os auditores devem considerar a materialidade em todas as fases do processo de auditoria. Atenção deve ser dada não somente aos aspectos financeiros, mas também aos aspectos sociais e políticos do objeto, com o objetivo de entregar tanto valor agregado quanto seja possível.”
- 47 O Poder Legislativo pode demandar ao tribunal de contas a realização de uma avaliação de política pública.
JUSTIFICATIVA - Certo. A Norma Brasileira de Auditoria do Setor Público – NBASP 9020 estabelece, no item 3.2, que “Uma entidade pode decidir realizar uma avaliação de política pública por iniciativa própria ou por demanda de uma autoridade pública, do Legislativo, ou do Executivo (denominado de demandante).”
- 48 O critério utilizado nas auditorias operacionais e avaliações de programas de governo pode basear-se no conhecimento do auditor acerca das melhores práticas relacionadas ao modo como as atividades são realizadas para serem mais econômicas e eficientes.
JUSTIFICATIVA - CERTO: Nas auditorias de conformidade e de demonstrações financeiras, o critério costuma ser inequívoco (a lei, a norma, o contrato, etc.). Já nas auditorias operacionais e avaliações de programas de governo, o critério deve ser estabelecido pelo auditor. A NBASP 3000, no item 46, estabelece que “os critérios nem sempre estão prontamente disponíveis para o auditor; eles normalmente se baseiam no conhecimento das melhores práticas sobre como as atividades são realizadas para serem mais econômicas e eficientes (ou que condições são as mais favoráveis para o bom desempenho e a efetividade).”

Julgue os itens que se seguem, relativos ao planejamento da auditoria.

- 49 Em se tratando de auditoria de demonstrações contábeis, o planejamento poderá ser mais extenso na primeira auditoria conduzida na entidade.
JUSTIFICATIVA - Certo. O entendimento da natureza da entidade demandará maior extensão da fase de planejamento na primeira auditoria conduzida na entidade. De acordo com a NBASP 200, item 32, “A natureza e a extensão do planejamento necessário dependerão de se tratar da primeira auditoria da entidade ou de uma

auditoria recorrente, do tamanho e da complexidade da entidade, bem como da experiência anterior dos membros da equipe com a entidade.”

- 50 Na elaboração da matriz de planejamento, é prescindível a previsão de campo para registro das informações requeridas e suas respectivas fontes.
JUSTIFICATIVA - Errado. O registro das informações requeridas e de suas fontes é essencial na matriz de planejamento. De acordo com o Manual de Auditoria e Demais Fiscalizações - Parte Geral, do TCDF, em seu item 1.9 do Capítulo I do Título 3, “A matriz de planejamento deverá conter os seguintes campos (Apêndice XVII): ... e) informações requeridas e a respectiva fonte;”
- 51 Se o auditor optar pela realização de uma análise de problema, ele deve, após identificar os riscos gerais e os específicos, avaliar as respostas da administração a esses riscos, inclusive no tocante ao desenho e implementação de controles internos.
JUSTIFICATIVA - Errado. O auditor deve escolher uma das seguintes opções: avaliação de risco ou análise de problema. O procedimento descrito no item é característico de avaliação de risco, e não de análise de problema. De acordo com a NBASP 100, item 46, “Os auditores devem realizar uma avaliação de risco ou análise de problema, e revisá-la, se necessário, em resposta aos achados de auditoria. A natureza dos riscos identificados variará de acordo com o objetivo da auditoria. O auditor deve considerar e avaliar o risco de diferentes tipos de deficiências, desvios ou distorções que possam ocorrer em relação ao objeto. Tanto riscos gerais como específicos devem ser considerados. Isso pode ser alcançado mediante procedimentos que servem para obter um entendimento da entidade ou do programa e seu ambiente, incluindo os controles internos relevantes. O auditor deve avaliar as respostas da administração aos riscos identificados, incluindo o desenho e a implementação de controles internos para tratá-los.”

Em relação aos tipos e à execução da auditoria, julgue os próximos itens.

- 52 O auditor deve usar de ceticismo profissional, ou seja, deve manter distanciamento e desconsiderar eventuais argumentos que não estejam alinhados às suas convicções.
JUSTIFICATIVA - Errado. O ceticismo profissional é um dos princípios que regem a atuação do auditor e caracteriza-se pela abertura de mente. De acordo com o item 37 da NBASP 100, “Ceticismo profissional significa manter distanciamento profissional e uma atitude alerta e questionadora quando avalia se a evidência obtida ao longo da auditoria é suficiente e apropriada. Também significa manter a mente aberta e receptiva a todos os pontos de vista e argumentos.”
- 53 O objetivo de uma auditoria de conformidade é avaliar se atividades, transações financeiras e informações cumprem as normas que regem a entidade auditada.
JUSTIFICATIVA - Certo. A auditoria de conformidade visa avaliar se as normas de regência estão sendo cumpridas em todos os seus aspectos relevantes. Nesse sentido, ela difere da auditoria de demonstrações contábeis, que tem por objetivo determinar se a informação financeira de uma entidade é apresentada em conformidade com a estrutura de relatório financeiro e o marco regulatório aplicável. A NBASP 100, em seu item 22, estabelece que “A auditoria de conformidade é realizada para avaliar se atividades, transações financeiras e informações cumprem, em todos os aspectos relevantes, as normas que regem a entidade auditada. Essas normas podem incluir regras, leis, regulamentos, resoluções orçamentárias, políticas, códigos estabelecidos, acordos ou os princípios gerais que regem a gestão financeira responsável do setor público e a conduta dos agentes públicos.”

54 Em cumprimento ao princípio da confidencialidade, os achados preliminares da auditoria devem ser discutidos com o supervisor da auditoria, não podendo o auditado tomar conhecimento deles antes da divulgação do relatório definitivo.

JUSTIFICATIVA - Errado. As normas internacionais de auditoria estabelecem a necessidade de discussão dos achados preliminares com a entidade auditada, para garantir que estes sejam completos, precisos e apresentados de forma justa. Nos termos da NBASP 100, item 49, “Os achados preliminares devem ser comunicados e discutidos com a entidade auditada para confirmar sua validade.” O princípio da confidencialidade diz respeito ao tratamento de informações confidenciais, e não ao relacionamento do auditor com a entidade auditada.

Em auditoria de obra pública, o auditor visitou o local da obra e obteve evidência de que o material utilizado no revestimento de piso era cimentado e, portanto, de qualidade inferior ao revestimento cerâmico previsto no edital e no contrato.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

55 Na auditoria da obra pública em questão, o auditor aplicou a técnica de inspeção física.

JUSTIFICATIVA - Certo. A inspeção física, também chamada de verificação *in loco*, é a técnica de auditoria na qual o auditor visita o local onde o objeto da auditoria se desenvolve, a fim de comprovar, entre outras características, a qualidade da execução do objeto. Nos termos do Apêndice XXVIII do Manual de Auditoria e Demais Fiscalizações do TCDF – Parte Geral, “verificação *in loco* (ou inspeção física): o uso dessa técnica permite ao auditor comprovar e formar opinião sobre: (i) existência física: comprovação da existência do item; (ii) identificação: comprovação da identificação patrimonial dos bens públicos; (iii) autenticidade: discernimento da fidedignidade do item; (iv) quantidade: apuração da quantidade real física; e (v) qualidade: comprovação visual ou laboratorial de que o objeto examinado permanece em perfeitas condições de uso”.

No que diz respeito aos agentes públicos, julgue os itens seguintes à luz da Lei Complementar distrital n.º 840/2011, da Constituição Federal de 1988 (CF) e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

56 O candidato aprovado em cadastro de reserva adquirirá o direito subjetivo à nomeação caso sua posição passe a se enquadrar nas vagas imediatas previstas no edital devido à desistência de candidatos nomeados classificados nas vagas imediatas.

JUSTIFICATIVA - Certo. Recentemente, o STF firmou o entendimento de que o candidato aprovado em cadastro de reserva tem direito à nomeação se candidatos aprovados dentro das vagas imediatas desistirem e, por isso, a nova posição daquele candidato ficar dentro das vagas imediatas (Rcl 55.801 AgR, rel. min. Edson Fachin, julgamento em 24/10/2023, 2.ª Turma, DJe de 8/11/2023).

57 Caso se verifique que um servidor acumula ilicitamente cargos públicos, deverá ser imediatamente instaurado processo administrativo disciplinar para apuração e regularização de sua situação funcional.

JUSTIFICATIVA - Errado. Nos termos do art. 48, §§ 1.º a 3.º, da LC n.º 840/2011, caso seja identificada a acumulação ilícita de cargos efetivos, o servidor deverá ser notificado para realizar a opção por um dos cargos. O PAD só deve ser instaurado se o servidor não realizar tal opção.

58 Viola a CF a fixação de critério de desempate em concursos públicos que favoreça candidatos pertencentes ao quadro funcional de servidores de determinado ente federativo.

JUSTIFICATIVA - Certo. O entendimento do STF é consolidado no sentido da impossibilidade, por razões de inconstitucionalidade, de previsão de regra editalícia em concurso público que favoreça candidatos em razão de serem do serviço público de determinado ente federativo (ADI 5.358, rel. Roberto Barroso, julgamento em 30/11/2020, Pleno, DJe de 15/12/2020).

Em relação aos princípios constitucionais da administração pública e à responsabilidade extracontratual do Estado, julgue os itens a seguir com base na CF e na jurisprudência do STF.

59 A responsabilidade extracontratual das pessoas jurídicas de direito público e das de direito privado prestadoras de serviços públicos por atos comissivos é objetiva e baseia-se na teoria do risco administrativo.

JUSTIFICATIVA - Certo. A Constituição Federal de 1988 (art. 37, § 6.º) e a jurisprudência consolidada do STF (e.g. ARE 1.385.315, voto do rel. min. Edson Fachin, julgamento em 11/4/2024, Pleno, DJe de 13/6/2024, Tema n.º 1.237, com mérito julgado) adotam a responsabilidade objetiva com base na teoria do risco administrativo.

60 Em observância aos princípios da publicidade e da impessoalidade, a publicidade dos atos e das campanhas dos órgãos públicos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, deles não podendo constar nomes que caracterizem a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

JUSTIFICATIVA - Certo. Trata-se da norma prevista no art. 37, §1.º, da Constituição Federal de 1988, decorrente, de acordo com a doutrina, dos princípios da publicidade e da impessoalidade.

No que se refere ao controle da administração pública e ao processo administrativo, julgue os itens a seguir.

61 Pessoas com deficiência física ou mental têm prioridade na tramitação de processos administrativos em qualquer órgão ou instância da administração pública direta ou indireta.

JUSTIFICATIVA - Certo. Lei n.º 9.784/1999: “Art. 69-A. Terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado: (...) II pessoa portadora de deficiência, física ou mental;”.

62 As consequências práticas da decisão e a avaliação das alternativas possíveis não são elementos obrigatórios da atividade de controle exercida pelos tribunais de contas e pelo Poder Judiciário na análise da validade de ato ou contrato administrativo.

JUSTIFICATIVA - Errado. A LINDB (Decreto-lei n.º 4.657/1942) inovou o controle da administração pública ao incorporar a importância do consequentialismo e da avaliação das alternativas possíveis: “Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão. Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.”.

63 Um órgão administrativo e o seu titular podem delegar parte da sua competência para editar atos normativos a outros órgãos ou titulares, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

JUSTIFICATIVA - Errado. Nos termos do art. 13, I, da Lei n.º 9.784/1999, aplicável ao GDF por força da Lei distrital n.º 2.834/2001, a competência para editar atos normativos é

indelegável.

De acordo com a Lei n.º 14.133/2021, julgue os itens a seguir, referentes a licitações e contratos administrativos.

64 Os contratos administrativos devem ter a forma escrita, porém admite-se também sua forma eletrônica, sendo permitido conferir sigilo a seus termos aditivos, quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, nos termos da legislação que regula o acesso à informação.

JUSTIFICATIVA - Certo. O *caput* do art. 91 da Lei n.º 14.133/2021 determina a forma escrita dos contratos administrativos, seu § 3.º admite a forma eletrônica e seu § 1.º autoriza a manutenção de sigilo em situações específicas, consoante os termos da Lei de Acesso à Informação.

65 As contratações públicas devem submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, sujeitando-se ao controle externo realizado pelos tribunais de contas, que integram a primeira linha de defesa.

JUSTIFICATIVA - Errado. Os tribunais de contas, como controle externo, integram a terceira linha de defesa, nos termos do art. 169, III, da Lei n.º 14.133/2021.

A respeito dos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), da aplicabilidade das normas constitucionais, do controle de constitucionalidade e do poder de reforma constitucional, julgue os itens que se seguem.

66 Os limites impostos pelo poder reformador são previstos apenas no texto constitucional, como forma de reduzir a amplitude desse poder, que emana do povo.

JUSTIFICATIVA - Errado. Apesar de, realmente, o poder reformador se originar no povo, que o exerce de forma indireta, por seus representantes, esse poder não esbarra apenas em limitações explícitas na constituição, mas também em limites implícitos, de modo a não descaracterizar o próprio sistema constitucional.

67 Em um processo criminal, ainda que observado o devido processo legal, a imposição de prisão ao réu antes da condenação criminal definitiva viola o princípio da dignidade humana.

JUSTIFICATIVA - Errado. A imposição de prisão antes de condenação criminal definitiva, ou seja, a imposição das chamadas prisões cautelares, não fere o princípio da dignidade humana, desde que se faça de acordo com o devido processo legal. A CF não prevê proibição apriorística de prisão processual.

68 O controle difuso de constitucionalidade ocorre na via judicial e, no curso de determinado processo judicial concreto, qualquer uma das partes pode vir a suscitar, de forma incidental, uma controvérsia de natureza constitucional.

JUSTIFICATIVA - Certo. A característica essencial do controle incidental de constitucionalidade consiste no fato de que ele costuma ocorrer na via judicial, suscitado por qualquer das partes, pelo Ministério Público ou, de ofício, pelo órgão jurisdicional, e vale, em regra, apenas para a decisão daquele processo.

69 As normas programáticas destinam-se a estabelecer formas de atuação futura para o poder público e, apesar de terem eficácia limitada, são providas de certo nível de eficácia jurídica.

JUSTIFICATIVA - Certo. Uma das finalidades das normas constitucionais programáticas é exatamente a definição de políticas públicas e de objetivos para a ação estatal, mas isso não significa que sejam desprovidas de certo nível de eficácia imediata, ainda que não seja plena. Todas as normas constitucionais possuem um mínimo de eficácia, a consistir, por exemplo, em se prestar como

parâmetro para o controle de constitucionalidade, bem assim orientar a interpretação normativa e a elaboração da legislação infraconstitucional.

No que se refere aos direitos e deveres individuais e coletivos e aos direitos políticos, julgue os itens seguintes.

70 Os casos de inelegibilidade, que se caracterizam como formas de restrição dos direitos políticos, são previstos tanto na CF quanto em legislação infraconstitucional relativa ao tema.

JUSTIFICATIVA - Certo. Tanto a CF estabelece, em si, casos de inelegibilidade como autoriza, no seu art. 14, § 9.º, que a legislação infraconstitucional, via lei complementar, preveja outros. Esses casos estão disciplinados na Lei das Inelegibilidades — Lei Complementar n.º 64/1990, alterada, entre outras, pela Lei Complementar n.º 135/2010 (a chamada Lei da Ficha Limpa).

71 O *habeas corpus* é uma ação tipicamente constitucional que visa proteger um direito fundamental e evitar ofensa à liberdade de locomoção, sendo necessária a constituição de advogado para a sua propositura.

JUSTIFICATIVA - Errado. A ação de *habeas corpus* é, de fato, um direito fundamental previsto na CF (art. 5.º, inciso LXVIII), mas, para sua propositura, não é necessário constituir advogado, pois essa ação tem natureza de ação popular, isto é, qualquer pessoa pode requerer ordem de *habeas corpus*.

No que se refere ao processo legislativo e às comissões parlamentares de inquérito (CPI), julgue os itens a seguir.

72 Pode ser criada CPI para elucidar fatos determinados de interesse público, mas não para apurar fatos que já sejam objeto de investigação criminal do Ministério Público ou da polícia.

JUSTIFICATIVA - Errado. As CPI devem ter como objeto fato oriundo de determinação constitucional (art. 58, § 3.º), mas nada impede que se destinem a esclarecer fatos potencialmente típicos (do ponto de vista penal), ainda que já sejam objeto de investigações do Ministério Público e da polícia.

73 Uma das formas de o chefe do Poder Executivo participar do processo legislativo se dá pela sanção, que representa a sua concordância, expressa ou tácita, com projeto de lei aprovado pelo Poder Legislativo.

JUSTIFICATIVA - Certo. A sanção do chefe do Poder Executivo (presidente da República, governador de estado ou prefeito municipal) consiste na concordância dele com projeto de lei aprovado no Poder Legislativo. Ela pode ocorrer de forma expressa ou tácita — nesta última hipótese, o chefe do Poder Executivo não veta, no prazo constitucional, o projeto.

Acerca do Poder Judiciário e do Ministério Público, julgue os itens seguintes.

74 Apesar da garantia de vitaliciedade dos membros do Ministério Público, é possível a perda do seu cargo em razão de decisão judicial ou de sanção administrativa, sendo-lhes permitido o afastamento de suas funções apenas em caso de licença ou aposentadoria.

JUSTIFICATIVA - Errado. O membro do Ministério Público não poderá perder seu cargo por sanção administrativa. De acordo com o art. 128, § 5.º, I, “a”, da CF, não poderá perder seu cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.

75 As causas que o Supremo Tribunal Federal (STF) tem competência para julgar dividem-se entre aquelas que lhe chegam por meio da interposição de recursos e aquelas que são iniciadas diretamente nesse tribunal.

JUSTIFICATIVA - Certo. Essa divisão de causas corresponde aos dois conjuntos que tecnicamente constituem a competência recursal (causas que chegam ao STF por meio de recursos previstos na legislação processual) e a competência originária (causas que se iniciam diretamente no STF, isto é, que já principiam nele).

Em relação à natureza, competência e jurisdição do TCDF, segundo a sua lei orgânica, julgue os itens seguintes.

76 O TCDF pode fiscalizar de ofício irregularidade na aplicação de recurso público distrital, independentemente da iniciativa de qualquer órgão ou autoridade.

JUSTIFICATIVA - Certo. Os tribunais de contas podem agir tanto de ofício quanto por provocação através da iniciativa de algum órgão ou autoridade pública. No âmbito do TCDF, essa possibilidade está prevista no art. 1.º, § 3.º, da Lei Orgânica do TCDF.

77 Compete ao TCDF julgar as contas do governador do DF e dos demais administradores de valores públicos.

JUSTIFICATIVA - Errado. O TCDF não detém competência para julgar as contas do governador do DF, mas apenas para apreciá-las e emitir parecer prévio para subsidiar o julgamento a ser realizado pela Câmara Legislativa do DF, e não pela corte de contas. É o que dispõe o art. 1.º, I, da Lei Orgânica do TCDF.

78 A indicação de nome para preenchimento de cargos comissionados nos setores de apoio administrativo do TCDF, excetuados os cargos relativos aos gabinetes da Presidência da corte, dos conselheiros e dos auditores, depende de prévia aprovação em sessão administrativa.

JUSTIFICATIVA - Certo. Como regra, o provimento de cargos em comissão no TCDF depende de prévia aprovação em sessão administrativa. As únicas exceções são os cargos comissionados referentes aos gabinetes da Presidência, dos conselheiros e dos auditores, de acordo com o disposto no art. 4.º, § 2.º, da Lei Orgânica do TCDF.

79 Diferentemente do que ocorre com os atos de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, os atos de concessão de aposentadoria por invalidez não são registrados pelo TCDF, uma vez que seguem o rito próprio conduzido pela junta médica oficial do órgão.

JUSTIFICATIVA - Errado. No registro dos atos de concessão de aposentadoria, a CF e a lei não fazem qualquer distinção em relação à aposentadoria por invalidez. Assim, o ato de concessão da aposentadoria por invalidez também deve ser registrado pelo TCDF tal como as demais modalidades de aposentadoria. É o que dispõe o art. 1.º, III, da Lei Orgânica do TCDF.

A respeito da composição do TCDF, do seu Plenário, das suas câmaras e das competências do seu presidente, julgue os itens que se seguem.

80 Cabe ao presidente dirigir o TCDF, devendo aquele solicitar autorização do Plenário do tribunal para movimentar as dotações e os créditos orçamentários do órgão.

JUSTIFICATIVA - Errado. A competência do presidente do TCDF para movimentar as dotações e os créditos orçamentários do órgão independe de autorização do plenário da corte, conforme estabelece o art. 68, I e IV, da Lei Orgânica do TCDF.

81 O auditor, ao substituir um conselheiro, terá as mesmas garantias e prerrogativas do titular, não podendo, entretanto, tomar parte nas eleições para presidente do TCDF.

JUSTIFICATIVA - Certo. O item está certo e evidencia a interpretação e a aplicação conjunta do art. 63, § 3.º, c/c art. 67, § 8.º, da Lei Orgânica do TCDF.

A respeito dos conselheiros, dos auditores e do Ministério Público, julgue os itens seguintes, de acordo com a Lei Orgânica do TCDF.

82 Os conselheiros e os auditores do TCDF adquirem a vitaliciedade com a posse nos respectivos cargos.

JUSTIFICATIVA - Errado. Somente os conselheiros adquirem a vitaliciedade com a posse no cargo. A vitaliciedade dos auditores é adquirida após dois anos de exercício no cargo, nos termos do art. 75, *caput*, da Lei Orgânica do TCDF.

83 O requisito de notório conhecimento jurídico, contábil, econômico e financeiro ou de administração pública para ocupar o cargo de conselheiro pode ser substituído pela comprovação do exercício, por mais de 10 anos, de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados.

JUSTIFICATIVA - Errado. Os requisitos legais para ocupar o cargo de conselheiro não podem ser substituídos. Os dois predicativos mencionados na assertiva são requisitos cumulativos, e não alternativos, ou seja, o conselheiro do TCDF deve possuir, além do notório conhecimento em alguma das áreas técnicas mencionadas, a experiência profissional de mais de 10 anos. O art. 69 da Lei Orgânica do TCDF dispõe acerca dos requisitos para ocupar o cargo de conselheiro do TCDF.

84 Integram o Ministério Público que atua junto ao TCDF procurador-geral, procurador-corregedor e procurador-ouvidor, eleitos para mandato de 2 anos, permitida uma recondução.

JUSTIFICATIVA - Certo. O Ministério Público junto ao TCDF possui procurador-geral, procurador-corregedor e procurador-ouvidor. O mandato de cada uma dessas funções é de 2 anos, admitindo-se apenas uma recondução pelo mesmo período. Logo, o prazo consecutivo máximo de desempenho de cada uma daquelas funções é de 4 anos. É o que dispõem os arts. 76-A e 76-B da Lei Orgânica do TCDF.

Em relação aos serviços auxiliares do TCDF, julgue o item a seguir.

85 Ao servidor responsável pela execução dos serviços administrativos no TCDF é assegurada a prerrogativa de livre ingresso em órgãos e entidades sujeitos à jurisdição desse tribunal de contas.

JUSTIFICATIVA - Errado. A prerrogativa de livre ingresso em órgãos e entidades sujeitos à jurisdição do tribunal de contas é atribuída apenas ao servidor que exerce funções específicas de controle externo no TCDF, ou seja, não alcança os servidores responsáveis pela execução dos serviços administrativos. É o que dispõe o art. 77, *caput*, c/c art. 78, *caput*, e art. 79, I, da Lei Orgânica do TCDF.

Acerca da relação existente entre ética, moral e democracia e da ética no setor público, julgue os itens a seguir.

86 A conduta ética do servidor público resume-se a ele se comportar estritamente de acordo com o que é permitido pelos regramentos legais.

JUSTIFICATIVA - Errado. Além de comportar-se de acordo com o que é permitido pela lei, o servidor público deve basear sua conduta ética na motivação, no esmero, no gosto com que realiza seu ofício para cumprir seus deveres ou para fazer mais do que a função lhe prescreve. Há certos aspectos do serviço público que não se medem pelo simples cumprimento exterior das normas, mas também pela qualidade com que as regras são observadas.

87 A adoção de uma conduta efetivamente ética pelo servidor público pressupõe que ele compreenda o papel do serviço público para com a sociedade, exercendo sua função com cortesia, presteza e eficiência, não por medo de punição, mas

por consciência de que essa é a conduta correta a ser adotada.

JUSTIFICATIVA - Certo. Age eticamente o servidor que, independentemente do que determinar o código de ética profissional, atua com cortesia e presteza, não por medo de punição, mas por consciência livre e autônoma de que isso é o correto a ser feito.

- 88 Não é possível o estabelecimento legal de uma regra de conduta que se distancie dos ideais morais.

JUSTIFICATIVA - Errado. É possível que uma regra de conduta ética não seja compatível com um ideal moral.

- 89 Entre os aspectos éticos que marcam o regime democrático brasileiro, inclui-se o voto universal, cujo valor individual é igual para todos, independentemente de raça, gênero ou classe social do cidadão que o exerça.

JUSTIFICATIVA - Certo. Na democracia prevalece a igualdade quando se trata do voto universal: o voto do mais rico e o do mais pobre têm igual valor.

De acordo com a Lei Complementar distrital n.º 840/2011, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais, julgue os itens seguintes.

- 90 A sanção de suspensão deve ser aplicada ao servidor que praticar infração disciplinar média ou reincidir na prática de infração disciplinar leve, sendo consequência de tal sanção o afastamento do servidor do exercício de suas funções, sem prejuízo do recebimento de sua remuneração no período em que ele estiver afastado.

JUSTIFICATIVA - Errado. Em que pese a correção da primeira parte da assertiva, a parte final é errada ao mencionar que o afastamento ocorrerá sem prejuízo da remuneração do servidor. Conforme previsto no art. 200 da LC n.º 840/2011, “A suspensão é a sanção por infração disciplinar média pela qual se impõe ao servidor o afastamento compulsório do exercício do cargo efetivo, com perda da remuneração ou subsídio dos dias em que estiver afastado.”.

- 91 O servidor não pode ser responsabilizado administrativamente por conduta em relação à qual tenha sido absolvido penalmente, em decisão judicial transitada em julgado, por negativa de autoria.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme previsto no art. 181, § 2.º, da LC n.º 840/2011: “§ 2.º A responsabilidade administrativa do servidor é afastada no caso de absolvição penal que negue a existência do fato ou sua autoria, com decisão transitada em julgado.”.

- 92 A determinação da perda do cargo público por decisão judicial transitada em julgado não dispensa a instauração de processo administrativo disciplinar, sob pena de inobservância do devido processo legal.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme previsto no art. 185 da LC n.º 840/2011, “A perda do cargo público ou a cassação de aposentadoria determinada em decisão judicial transitada em julgado dispensa a instauração de processo disciplinar e deve ser declarada pela autoridade competente para fazer a nomeação.”.

- 93 A conduta do servidor público de recusar fé a documento público é infração classificada como média.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme previsto no art. 190, VI, da LC n.º 840/2011, “Art. 190. São infrações leves: VI recusar fé a documento público;”.

- 94 A caracterização da reincidência, no âmbito disciplinar, pressupõe o cometimento de nova infração disciplinar que seja ou do mesmo grupo ou da mesma classe da infração anteriormente cometida, ainda que envolvidos aspectos fáticos distintos.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme previsto no art. 189 da LC n.º 840/2011, “Para efeitos desta Lei Complementar, considera-se reincidência o cometimento de nova infração disciplinar do mesmo grupo ou classe de infração disciplinar anteriormente cometida, ainda que uma e outra possuam características fáticas diversas.”.

- 95 Em razão de fundados indícios de evolução patrimonial incompatível com a remuneração de determinado auditor do TCDF, poderá ser determinada a instauração de sindicância patrimonial pelo presidente do TCDF.

JUSTIFICATIVA - Certo. Conforme previsto no art. 216 da LC n.º 840/2011, “Art. 216. Diante de fundados indícios de enriquecimento ilícito de servidor ou de evolução patrimonial incompatível com a remuneração ou subsídio por ele percebido, pode ser determinada a instauração de sindicância patrimonial.

§ 1.º São competentes para determinar a instauração de sindicância patrimonial:

I o Presidente da Câmara Legislativa ou do Tribunal de Contas, nos respectivos órgãos;”.

Espaço livre